

7. PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO

O Plano de Relacionamento com a População (Plano 7), responsável pela elaboração e desenvolvimento das estratégias de interação entre a Norte Energia com a sociedade, é composto por três Programas, em conformidade com a atual Etapa da UHE Belo Monte, na qual a geração de energia já é uma realidade e a entrada progressiva das unidades geradoras até atingir a capacidade instalada plena do empreendimento se aproxima de sua conclusão. São os Programas de Interação Social e Comunicação (7.2), de Educação Ambiental (7.3) e de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)¹.

Ressalta-se a importância do Plano 7 ao longo da execução do Projeto Básico Ambiental (PBA), visto que é de sua responsabilidade a interação com a população em geral e com as instituições da sociedade civil, assim como pelo levantamento e análise das alterações socioeconômicas nas Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AIID) da UHE Belo Monte. Esse papel estratégico permanece, mas a forma de trabalho tem evoluído diante da nova realidade na qual o empreendimento se insere. Nesse sentido, as ações de esclarecimento à sociedade são constantemente aprimoradas e direcionadas aos segmentos sociais mais sensíveis ao momento atual da UHE Belo Monte. Dessa forma, no caso da comunicação e interação social, as ações estratégicas se voltaram notadamente à área urbana de Altamira, por conta das ligações domiciliares da rede de água e esgoto, sob responsabilidade da Norte Energia, e aos moradores da Volta Grande do Xingu.

Assim, o Programa de Interação Social e Comunicação (7.2) permanece com seu papel transversal aos demais Programas e Projetos do PBA, e continua a assessorá-los tanto na interação com a sociedade, quanto nas interfaces. Neste caso, participa das reuniões comunitárias, além de qualificar e orientar os executores dos demais Programas e Projetos nas questões relativas às técnicas de comunicação social.

Dessa forma, no período deste 15º RC, foi possível destacar as interações junto ao Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu, Programas de Reassentamento Urbano e rural, Plano de Requalificação Urbano, Programa de Reparação, Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte, assim como, apoios diversos no Programa de Ação de Controle da Malária e ao Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres.

¹ O Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) foi encerrado em dezembro de 2015. Teve papel estratégico para o cadastramento de população migrante e local interessada em trabalhar nas obras civis, desde 2011, e nas obras do entorno, num segundo momento (em 2015). Além disso, identificava migrantes em situação de vulnerabilidade social, que eram encaminhados ao Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2). Seus dados também eram utilizados como uma das variáveis consideradas nas projeções demográficas da AID, visto que identificava com clareza aqueles diretamente contratados pelas obras civis que vinham acompanhados ou não de familiares, parentes ou amigos.

Dentre as interações realizadas por meio do Programa 7.2, cabe destaque as ações voltadas para a Volta Grande do Xingu, notadamente na interação com a população do Trecho de Vazão Reduzida (TVR), viabilizando, de forma eficiente, o diálogo entre as diferentes partes interessadas, considerando a dinâmica socioambiental diferenciada pela formação do reservatório e a atuação de diferentes Projetos e abordagens junto a essa população. Assim como, a sinergia entre as áreas de Comunicação e Educação Ambiental – como as oficinas realizadas no Núcleo de Comunicação.

As estratégias de comunicação e interação social desenvolvidas pelo Programa 7.2 permitem atenuar os possíveis ruídos de comunicação que possam gerar desconforto aos envolvidos. Para tanto, tem sido mantido o canal de interação com os Projetos dos meios físico e biótico (cujo monitoramento da Volta Grande é de fundamental importância), quando da necessidade de transmitir informações técnicas à população.

Outro componente do Plano de Relacionamento com a População a ser destacado é o o Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte - PEA (7.3), que além da sinergia junto ao Programa de Interação e Comunicação Social, apresentou avanços importantes da reestruturação de suas ações acordados com o IBAMA nesse período.

Nesse sentido, foi realizada uma reestruturação do Programa, com o desenvolvimento de um novo Diagnóstico Socioambiental Participativo para readequar as bases normativas e metodológicas das atividades de educação ambiental futuras, focadas nas comunidades reassentadas pelo empreendimento, no fortalecimento das organizações sociais e na geração de renda.

Dessa forma, o fortalecimento da Educação Ambiental continua ocorrendo por meio de interfaces com outros planos, programas e projetos do PBA, sobretudo com os programas de organização social como os Projetos de Reparação Rural (4.1.5) e Urbana (4.4.4), considerando as diretrizes adotadas no período, de modo a estimular e potencializar a difusão de conceitos e práticas ligadas ao meio ambiente e práticas sustentáveis.

Diante disso, é importante destacar que o PEA vem cumprindo seu objetivo, e também as mais recentes orientações do IBAMA, reestruturando as atividades com ênfase no fortalecimento institucional e empoderamento de seus parceiros e no planejamento e realização dos trabalhos, o que pode ser confirmado com a consolidação do CREAX, como uma associação regional atuante e compromissada com a causa da Educação Ambiental e da Sustentabilidade.

Complementarmente o Plano 7, por intermédio do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), continua a monitorar os impactos (positivos e negativos) da UHE Belo Monte, levantando e analisando indicadores socioeconômicos. No entanto, nesta nova fase do empreendimento, pós Licença de Operação (LO), alguns indicadores foram revistos, sendo que alguns deixaram de ser considerados e outros reestruturados, com a anuência do Ibama, conforme o Parecer Técnico (PT) OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA.

Dentre os indicadores que permaneceram, pelo fato de que continuam com sua natureza estratégica, encontram-se as projeções demográficas, que apontam para um declínio de população em Altamira e Vitória do Xingu, influenciado pela desmobilização da mão de obra e pela saída de população direta e indiretamente atraída pela UHE Belo Monte. Nesse sentido, saliente-se a importância da interface do Programa 7.4 com o Programa de Desmobilização de Mão de Obra - PDMO (3.6), que monitora e realiza pesquisas amostrais com os trabalhadores desmobilizados, divididos em regionais (oriundos do Pará) e não regionais (das demais localidades). Isso permite que o Programa 7.4 possa avaliar a contribuição da população diretamente atraída pelo empreendimento no saldo migratório que permaneceu (notadamente) em Altamira e Vitória do Xingu mesmo após a desmobilização, o que já era previsto pela projeção demográfica desde 2012, ainda que em contingentes superiores àqueles que vêm sendo efetivamente verificado pelo Programa 7.4, e ratificado pelo PDMO. Quanto à população indiretamente atraída, o saldo migratório continua a ser estimado.

Os demais indicadores que continuam a ser monitorados² permitem à Norte Energia o planejamento de ações, juntamente com as municipalidades, instituições públicas e privadas. Isso permite igualmente responder às demandas da sociedade civil em relação aos impactos nos equipamentos e serviços públicos do fluxo populacional. Portanto, o Programa 7.4 mantém o seu papel estratégico ao empreendimento.

Por fim, saliente-se que o Plano de Relacionamento com a População está atento (por intermédio dos Programas 7.2, 7.3 e 7.4) para identificar a ocorrência de um eventual afluxo em Altamira e no TVR, por conta da perspectiva de implantação de outro empreendimento na AID, com o projeto de mineração de ouro da empresa Belo Sun, no município de Senador José Porfírio. Ou seja, são possíveis impactos que não se relacionam à UHE Belo Monte como sua fonte geradora.

² Dentre os indicadores se pode mencionar, dentre outros: a evolução de matrículas e a suficiência de vagas nas escolas públicas urbanas e rurais de interesse (na AID); os dados de segurança pública; de assistências social; do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente; de arrecadação e receitas municipais, estes últimos também para a AII; e dos dados da Pesquisa de Condições de Vida (PCV), realizada anualmente na sede urbana de Altamira com a população não remanejada.